

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO

ATA 074

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, às oito horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, sob a presidência da Prof^a. Cleuza Maria Sobral Dias, com a presença dos seguintes membros: Andrea Gonçalves dos Santos, Carlos André Hüning Birnfeld, Carlos James Scaini, Caroline Lemos Segovia, Cleusa Maria Lucas de Oliveira, Denise Maria Varella Martinez, Derocina Alves Campos Sosa, Dulce Cassol Tagliani, Giovana Calcagno Gomes, Humberto Camargo Piccoli, Isabel Cristina de Oliveira Netto, Ivete Martins Pinto, Juarez José Rodrigues Fuão, Katiusche Helena Garcia Marques, Marcos Antonio Satte do Amarante, Maria Renata Alonso Mota, Mozart Tavares Martins Filho, Nelson Lopes Duarte Filho, Patrícia Raggi Abdallah, Paul Gerhard Kinas, Rodrigo Desessards Jardim, Renato Duro Dias, Ronaldo Piccioni Teixeira, Vilmar Alves Pereira e Vitor da Silva dos Santos. O Secretário, a pedido da Senhora Presidenta, registrou a presença dos substitutos e o motivo da substituição: Daniel Loebmann, Vice-Diretor do ICB; Osmar Olinto Möller Júnior, Vice-Diretor do IO (titulares afastados à serviço da Universidade); Carlos Prentice-Hernández, Vice-Diretor da EQA (titular afastado em licença paternidade); Rosilene Maria Clementin, representando a PROESP (titular afastado em licença saúde); Jozeneidi Costa Machado, representando a PROEXC (titular afastada a serviço na Universidade). Justificaram a ausência: Marcelo Borges Tesser, representante da 1ª Câmara (afastado a serviço na Universidade); Danilo Giroldo, Vice-Reitor (afastado em licença paternidade); José Rodrigo Furlanetto de Azambuja e Eder Mateus Nunes Gonçalves, respectivamente titular e suplente da representação da 3ª Câmara (o primeiro em férias e o segundo afastado a serviço na Universidade); Normélia Maria Parise, representante dos docentes (afastada à serviço da Universidade). Ausentes sem justificativa: Juliana Fausto Flores e Vitor da Silva dos Santos, representantes dos servidores TAE; Kristopher Machado Marques e Henrique Magalhães Meneses, respectivamente representantes dos discentes de graduação e de pós-graduação. Participaram como convidados, após a aprovação do plenário, os relatores: Daniel Walmir Heckler (Mestrado Nac. Prof. em Ensino de Física); Mateus de Moura Rodrigues (Arquivologia); Carla Silva da Silva (Eng^a. Civil) e Milene Pinto Costa (Coordenadora da COREME). A professora Milene Pinto Costa, coordenadora da COREME, também participou da reunião na condição de convidada. Ao iniciar a reunião a Senhora Presidenta justificou a ausência do Vice-Reitor informando que havia nascido o seu filho. Após, colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Aprovação da Ata 073** – Tendo em vista que a ata fora disponibilizada antecipadamente aos conselheiros, a Senhora Presidenta perguntou aos presentes se havia alguma manifestação a respeito dessa ata. Não havendo manifestações a respeito, a ata nº 073 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **2º) Indicação da Cons. Cleuza Maria Sobral Dias** –

Homologação do AE 007/2016 – Alteração do calendário Universitário 2016-2017 – O referido ato inseriu a data de 10 de junho no Calendário Universitário 2016-2017, como prazo final do período para trancamento de disciplinas anuais para os cursos sob Regime Acadêmico de Matrícula por Disciplina, por solicitação da Diretoria de Gestão Acadêmica da PROGRAD. A Indicação foi lida pela autora. Após a leitura a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **3º) Indicação da Cons. Cleuza Maria Sobral Dias – Homologação do AE 008/2016 – Suspensão dos expedientes acadêmico e administrativo nos dias 26 (Ponto Facultativo de Corpus Christi) e 27 de maio** – O referido ato suspendeu as atividades acadêmicas e administrativas da FURG nos dias 26 (Ponto facultativo de Corpus Christi) e 27 de maio, excluindo os serviços do Grupo de Vigilância, Hospital Universitário e os considerados essenciais e intransferíveis. A Indicação foi lida pela autora. Após a leitura a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **4º) Indicação da Cons. Cleuza Maria Sobral Dias – Homologação do Ato Executivo 009/2016 - concessão de isenção de taxa de ressarcimento de 5% para a FURG relativa ao Programa de Extensão Universitária MEC/SESU PROEXT 2015 e PROEXT 2016** – O referido ato concedeu isenção da taxa de ressarcimento de 5% para a FURG, relativa ao projeto “Programa de Extensão Universitária MEC/SESU PROEXT 2015 e PROEXT 2016”, considerando a relevância dos convênios para a FURG e a impossibilidade do ressarcimento visto que os editais destes programas não permitiam ressarcimento. A Indicação foi lida pela autora. Após a leitura a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. A Cons. Jozeneidi esclareceu que o edital relativo a este programa não permitia ressarcimento de taxas. O Cons. Mozart explicou também o porquê de os recursos estarem vinculados a FAURG. Não havendo mais manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **5º) Parecer 017/2016 da 4ª Câmara - Processo nº 23116.007129/2015-31 – Homologação dos atos e resultado do Concurso Público do ICEAC – Edital nº 036/2015 – 1 (uma) vaga para o Campus de Rio Grande, para professor Adjunto-A, Classe A, Nível 1, 40h/DE; na área de conhecimento: Administração; para as matérias/disciplinas: Logística de Distribuição, Administração (Fundamentos)** – O processo teve como relator o Cons. André das Neves Damedá, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela homologação dos atos e resultado do Concurso Público, o qual apresentou como único aprovado o candidato Samuel Vinicius Bonato, indicando-o para contratação. O parecer foi lido pelo Cons. Renato Duro Dias, representante da 4ª Câmara. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. A Cons. Patrícia disse que, apesar de se tratar de um candidato único, este possui boas referências, de acordo com os colegas da área. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **6º) Parecer 008/2016 da 1ª Câmara - Processo nº 23116.006182/2015-15 – Homologação dos atos e resultado do Concurso Público do IO – Edital nº 023/2015 – 1 (uma) vaga para o Campus de Rio Grande, para professor Adjunto-A, Classe A, Nível**

1, 40h/DE; na área de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; para as matérias/disciplinas: Zooplâncton; Protozooplâncton; Merozooplâncton; Acoplamento Bento-Pelágico / Planctologia I; Planctologia II; Bentologia; Biologia do Zooplâncton; Introdução à Oceanografia – O processo teve como relator o Cons. Valmir Heckler, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela homologação dos atos e resultado do Concurso Público, o qual apresentou como aprovados, em ordem de classificação: (1º lugar) Renato Mitsuo Nagata, (2º lugar) Elisabeth Cabral Silva Falcão e (3º lugar) Alessandro Pereira Cardozo, indicando Renato Mitsuo Nagata para contratação. O parecer foi lido pelo autor. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O Cons. Osmar esclareceu que a candidata Elisabete não compareceu às 8 horas como determinado pela norma do concurso para a realização da prova didática, e sim no horário estabelecido pela sua inscrição, ou seja, às 11h, e que por isso a banca negou a sua participação. Disse ainda que o aprovado em 1º lugar tem formação na USP e pela análise do currículo, será uma boa aquisição para o IO. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **7º) Parecer 011/2016 da 1ª Câmara - Processo nº 23116.008697/2015-50 – Homologação dos atos e resultado do Concurso Público do IMEF – Edital nº 02/2016 – 1 (uma) vaga para o Campus de Rio Grande, para professor Adjunto-A, Classe A, Nível 1, 40h/DE; na área de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; para as matérias/disciplinas: Matemática** – O processo teve como relatora a Cons. Elisa Helena Fernandes, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela homologação dos atos e resultado do Concurso Público, o qual apresentou como única aprovada a candidata Luciele Rodrigues Nunes, indicando-a para contratação. O parecer foi lido pelo Secretário Jorge Bastos. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. A Cons. Denise disse entender que deveria constar as notas do candidato André. Verificando-se a Ata dentro do processo, registrou-se que o candidato compareceu, mas não permaneceu para a leitura. O Cons. Paul Kinas disse que a candidata aprovada é originária da FURG, com formação em matemática e está concluindo seu Doutorado na UFSCar e que será uma ótima aquisição para o IMEF Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **8º) Parecer 004/2016 da 6ª Câmara – Processo nº 23116.004627/2016-11 – Proposta de Distribuição Orçamentária da FURG – exercício de 2016** – O processo teve como relator o Cons. Mateus de Moura Rodrigues, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela aprovação da proposta de Distribuição Orçamentária da FURG, para o exercício de 2016. O parecer foi lido pelo autor. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O Cons. Mozart agradeceu ao Cons. Mateus pelo trabalho realizado em seu relatório. Explicou como a proposta orçamentária foi tratada no ano anterior, já contando com o descontingenciamento, porém, neste ano de 2016 a proposta está sendo apresentada com contingenciamento, em razão de que a expectativa é outra neste momento. A Senhora Presidenta esclareceu que no ano anterior a situação orçamentária do MEC já previa possível suplementação e o descontingenciamento da rubrica custeio e que o acesso ao Secretário Executivo

para atendimento das demandas era mais próximo, porém neste momento ainda não ocorreu qualquer reunião com o atual responsável junto o Ministério e sabe-se que existe outro contingenciamento divulgado para o MEC na ordem de 4 bilhões e não se sabe o que ainda vai ocorrer nesse sentido e que por isso a proposta está sendo apresentada neste exercício de 2016 com contingenciamento. Esclareceu que o financeiro neste ano está sendo liberado mês a mês, apesar de existir dotação orçamentária. O Cons. Mozart esclareceu que a proposta prevê três itens sem contingenciamento, são eles: Programa Institucional de Segurança Pessoal e Patrimonial, Programa Institucional de Excelência da Informação e Programa Institucional de Atualização e Ampliação do Acervo Bibliográfico, os quais tiveram sua liberação integral. Ressaltou que o montante orçamentário não é suficiente para o encerramento do ano. A senhora Presidenta disse que no caso das reduções previstas para os programas Mais Médicos e Embarcações – Laboratórios Flutuantes, estas ocorreram no primeiro caso em razão do programa estar em fase de conclusão e no segundo caso devido o adiantamento da construção das embarcações. O Cons. Mozart explicou que por conta desta redução o item OCC – Outros Custeios e Capital, onde são alocados estes recursos também sofreu uma diminuição relativa. A Senhora Presidenta esclareceu a manutenção de alguns itens que dizem respeito ao Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante, o Programa Institucional de Apoio e Difusão da Cultura. O Cons. Mozart agradeceu a colaboração da equipe da DIPLAN que trabalhou na execução da proposta orçamentária. A Senhora Presidenta, na pessoa do Pró-Reitor Mozart, parabenizou o trabalho realizado pela PROPLAD e sua equipe, em razão do cuidado que têm com o que é público e pelo planejamento que é realizado. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **9º) Parecer 001/2016 da 3ª Câmara - Processo nº 23116.005333/2015-18 – Criação do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional** – O processo teve como relator o Cons. Luiz Antonio de Almeida Pinto, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela aprovação da proposta de criação do curso de Doutorado em Modelagem Computacional. O parecer foi lido pela Cons. Rosilene, representante da PROPESP. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O Cons. Piccoli manifestou satisfação pela criação deste doutorado, justificando ser o primeiro da Escola de Engenharia, em parceria com o IMEF e com o C3. Ressaltou o empenho do grupo de docentes do programa para alcançar este objetivo e especialmente ao coordenador Jefferson Ávila pela dedicação nestes últimos anos com o objetivo de criar este curso. Disse ainda que a Escola de Engenharia tem muito orgulho pela aprovação do curso. O Cons. Nelson disse corroborar as palavras do diretor Piccoli, afirmando que essa parceria da EE com o C3 tem estimulado o crescimento da pós-graduação junto ao C3. Fez referência ao esforço realizado junto à CAPES para aprovação deste programa de computação, lembrando especialmente o empenho do ex-reitor João Carlos Cousin que esteve na CAPES naquela oportunidade levando recurso realizado pela FURG, já que em um primeiro momento o programa não havia sido aprovado junto à agência. A Cons. Rosilene lembrou que em termos de pós-graduação na Instituição, atualmente 50% dos programas já contam com os dois

níveis, mestrado e doutorado. A Senhora Presidenta parabenizou a equipe responsável pela elaboração da proposta e à PROPESP pelo trabalho que vem realizando no apoio a criação de novos cursos. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade, com palmas; **10º) Parecer 004/2016 da 3ª Câmara - Processo nº 23116.001883/2016-49 – Recurso de Deise Ribeiro Aquino ao Pleno do COEPEA sobre indeferimento do seu pedido de afastamento para pós-graduação (doutorado em Enfermagem)** – O processo teve como relatora a Cons. Carla Silva da Silva, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pelo indeferimento do pedido da requerente. O parecer foi lido pela autora. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. A Cons. Giovana esclareceu que quando da elaboração do plano de capacitação da Escola de Enfermagem, a requerente não demonstrou interesse em realizar o doutorado. Disse que todas as condições foram criadas para que ela possa cursar as disciplinas do doutorado, apesar de não estar afastada e que o seu pedido foi negado porque ela solicita o afastamento integral por quatro anos. Disse ainda que a Escola de Enfermagem conta neste momento com alguns professores já afastados e outros cedidos para a EBSERH, além do fato de que não teriam professor que ministrasse a disciplina que é de sua responsabilidade. Informou ainda que é a sua orientadora no doutorado e garante que é possível a realização do doutorado pela requerente sem contar com o afastamento total. O Cons. Carlos André lembrou sobre a questão legal com relação ao cumprimento da carga horária da professora, apesar da citada compatibilização de horários a fim de cursar o doutorado. Outra questão que entende ser importante a discussão é a permissão do afastamento para cursar pós-graduação na própria Instituição, o que em outras IFES essa situação já foi resolvida. Disse entender que essa questão deve ser discutida na FURG. A Cons. Isabel perguntou se é possível um afastamento parcial para a requerente. A Cons. Giovana disse que ela não aceita esse tipo de afastamento. A Cons. Isabel perguntou então se existe a possibilidade do Conselho aprovar o afastamento parcial para a requerente em detrimento do seu pedido original. A Senhora Presidenta disse que isso não é possível, porém pode ficar o registro em ata desta sugestão à requerente. A Cons. Derocina disse entender que se está tratando de pessoas e que a negativa ao pedido pode refletir que essa professora retorne a aula e que isso não seja a melhor solução para a própria Escola de Enfermagem. Perguntada a Cons. Giovana esclareceu que a interessada é 40 horas /DE e que é oriunda do antigo CTI, citando ainda que existem outros dois professores da EEnf que estão só aguardando a presente decisão para que, dependendo do resultado, também solicitem o afastamento integral para cursar doutorado. O Cons. Nelson perguntou se a Unidade Acadêmica tem a prerrogativa de permitir que alguém faça pós-graduação sem estar afastado. A Cons. Giovana disse entender que sim, desde que as condições para isso sejam criadas pela Unidade em que esteja lotada. O Cons. Carlos André lembrou que isso é possível desde que ocorra a compensação de horário por parte do docente junto a sua Unidade de lotação, lembrando que o Ministério Público está sempre cobrando esse tipo de situação. A Senhora Presidenta lembrou que existe a norma interna que prevê o afastamento dentro das prerrogativas que as Unidades Acadêmicas

possuem para tal. O Cons. Paul Kinas disse concordar com a sugestão de que a modalidade de afastamento total para pós-graduação dentro da própria Instituição deve ser revista. A Cons. Derocina alertou para o fato de que se tenha sempre o cuidado nas Unidades com relação ao plano de capacitação, para que se veja quem está voltando de afastamento permitindo assim a liberação de outro servidor. O Cons. Carlos André lembrou que existe norma interna sobre alocação de carga horária dos docentes, a qual deve ser revista, apesar de ainda ser utilizada para determinação dos encargos dos professores. O Cons. Nelson lembrou que existe uma decisão por volta de 1988 que serviu de base para determinar a parametrização de carga horária dos docentes e depois em torno de 1997 foi criada outra por ocasião da implantação da GED. A Senhora Presidenta disse que fica o registro para que esse assunto seja revisto na Universidade. O Cons. Nelson acha importante que esses casos cheguem ao Conselho para que os temas sejam revisados. Disse também entender que a atividade docente não é compatível com atual forma de controle das atividades dos professores. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **11º) Parecer 010/2016 da 2ª Câmara - Processo nº 23116.001080/2016-94 – Proposta de alteração no Regimento da COREME (Comissão de Residência Médica)** – O processo teve como relatora a Cons. Marlene Teda Pelzer, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela aprovação da proposta de alteração do Regimento da COREME, revogando a Deliberação nº 141/2010 do antigo COEPE. O parecer foi lido pelo Cons. Rodrigo Jardim, representante da 2ª Câmara. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. A Coordenadora da COREME, Professora Milene, a pedido da Senhora Presidenta, explicou que essa alteração é devida única e exclusivamente devido a edição de uma resolução de 2013 do CNRM, a qual determina que cada COREME tenha na composição um representante por programa de residência Médica, e também para a adequação da forma de eleição do coordenador. O Cons. Rodrigo fez a leitura apenas dos artigos que sofreram alterações, após a concordância do plenário. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **12º) Assuntos gerais** – A Cons. Denise informou sobre a prorrogação das inscrições para a 15ª MPU, que agora se darão até o dia 22 de junho (quarta-feira). A Cons. Ivete informou e ressaltou que as regulamentações que dizem respeito ao Ensino à Distância estão em fase de análise e adequação. Disse que a Resolução 001/2016 normatizou as novas diretrizes para a criação de novos cursos em EAD, registrando que a FURG está presente nestas discussões. A Senhora Presidenta informou que foi aprovada no CONSUN na semana que passou a regulamentação para a pesquisa para escolha do(a) próximo(a) Reitor(a) para o período 2017/2021, contando com a composição de Comissão Especial aos moldes do que foi praticado no processo anterior. Informou em seguida que nesta semana foi realizada reunião com representantes dos órgãos de segurança do município em razão de várias ocorrências registradas principalmente no entorno do campus Carreiros. Destacou o envolvimento da equipe da PRAE com relação ao pronto atendimento que foi dado aos estudantes envolvidos nestas ocorrências. Disse que a preocupação não se dá só com relação à área do campus, mas

também do entorno ao campus e seus acessos e por isso todos os órgãos foram convidados a participar da reunião. Disse que foi uma boa reunião onde surgiram várias sugestões a respeito do tema. Citou o que tem sido feito com relação ao monitoramento por câmeras e que, apesar de não ser de responsabilidade dos vigilantes da FURG a área externa, a viatura da FURG tem realizado rondas na área de saída do campus. Disse que foi solicitado aos responsáveis pelo policiamento que sejam realizadas incursões mais frequentes nas áreas em torno do campus. Citou que hoje pela manhã recebeu recado da PRAE de que um ônibus da linha Furg/Centro ao sair do campus foi assaltado durante seu percurso, apesar deste fato ainda não estar confirmado. Disse que a administração está comprometida em melhorar o nível de segurança no campus e na área do seu entorno e citou a confecção e distribuição de um guia sobre como agir em relação a questão de segurança dentro do campus, lembrando que a Universidade conta com casas coletivas de estudantes dentro de seus limites. Solicitou a todos que ajudem a divulgar esse guia de procedimentos. Afirmou que várias ações estão sendo realizadas nesse sentido apesar de algumas manifestações que circulam afirmando o contrário. Disse ser necessário o registro das ocorrências e ressaltou que os acontecimentos têm sido fora e não dentro do campus. Disse que a área mais vulnerável é o acesso principal pela rua Padre Nilo Gollo, onde a maioria dos estudantes, técnicos e estudantes utiliza para acesso ao campus. Solicitou que todos tomem mais cuidado com relação a que vias e áreas utilizarem para acessar o campus, principalmente no caso dos estudantes. A Cons. Ivete perguntou se foi pensada a participação de todos no processo de escolha do(a) Reitor(a), principalmente com relação aos de educação à distância. A Senhora Presidenta explicou que a norma proposta é idêntica a praticada no processo anterior, quando já houve a participação dos estudantes de EAD, porém a Comissão Especial é que definirá de que forma e em que locais serão colhidos os votos destes estudantes. O Cons. Vilmar falou sobre os programas de assistência estudantil, afirmando que atualmente a FURG atende cerca de 25% dos seus estudantes, num total de 2605 estudantes de graduação. Disse que são atendidos 967 estudantes em situação de vulnerabilidade social através do auxílio permanência. Falou sobre a ocupação ocorrida no prédio das pró-reitorias por um grupo de estudantes, a qual encerrou nesta manhã. Informou ter acontecido um Fórum Estudantil nesta semana e ser este um canal de interlocução com os discentes da instituição onde foram debatidos os temas que dizem respeito diretamente aos estudantes e informados os fatores de limitação orçamentária que a FURG conta atualmente. O Cons. Nelson disse que gostaria de deixar apenas para reflexão dos conselheiros a questão do porquê da baixa participação dos estudantes nos Conselhos da Universidade. Lembrou que há algum tempo os representantes presentes discentes haviam criticado a forma de como chegavam as discussões no plenário, pois entendiam que o COEPEA seria um mero carimbador de decisões que já chegavam prontas para a análise. Disse que gostaria de ver os estudantes presentes principalmente nas discussões dos temas que lhes dizem respeito. A Senhora Presidenta disse que a representação estudantil da graduação no Conselho conta atualmente com dois estudantes e que a estudante Katiusche encontra-se presente. Lembrou que também existe a direção do DCE como representação dos

estudantes, a qual tem sido chamada e sempre tem comparecido e participado quando necessário, explicando ainda que no caso dos conselhos superiores os representantes são eleitos e não indicados. O Cons. Vilmar fez breve relato sobre como se organizam os grupos estudantis dentro da Instituição e disse que alguns coletivos demonstram interesse em participar das discussões dos conselhos. A Cons. Katusche disse que entrou como suplente na representação estudantil da graduação e que após a saída da colega titular assumiu a representação e sempre que possível está presente nas reuniões por achar importante essa participação dos estudantes nos conselhos. Fez referência a presença constante do Pró-Reitor Vilmar como um militante da participação dos estudantes em todos os fóruns de discussão, disse não ter entendido essa ação de um grupo de estudantes que promoveu a ocupação do prédio das pró-reitorias e disse também entender que não falta assistência estudantil apesar das limitações orçamentárias existentes. A Senhora Presidenta disse que o movimento dos diversos grupos existentes no interior da Universidade é importante, mas que o pequeno grupo de representantes nos conselhos não consegue atingir os interesses de todos nas discussões e esse trabalho de reconhecimento deve ser feito além da participação nos conselhos superiores. O Cons. Nelson acha que os conselhos superiores perderam ao longo do tempo esse protagonismo de fazer com que os estudantes estejam participando efetivamente. O Cons. Osmar questionou se não seria o caso de se excluir o representante faltante. O secretário, com a concordância do plenário, fez breve explanação a respeito do que diz o Regimento Interno do COEPEA a respeito de ausências consecutivas e a forma como é possível se excluir algum representante como membro do conselho. A Senhora Presidenta disse que esse tipo de situação certamente será revista quando da revisão do estatuto e do Regimento Geral que será necessária em breve. O Cons. Kinas disse, para reflexão dos presentes, entender que as vezes se criam esses grupos de estudantes que pensam apenas para si mesmos e que isso não pode ser desta forma e que, portanto, se põe a pensar “onde é que erramos para não conseguirmos trazê-los para o debate”. Disse ainda não querer generalizar com essa afirmativa. A Senhora Presidenta disse que os coletivos têm dialogado com a administração e também entre si. Entende também que não são estes coletivos que formam os grupos mais radicais, os quais são mais resistentes ao diálogo e a construção de alternativas, já que as demandas apresentadas por eles nem sempre são possíveis de atender. O Cons. Kinas disse que nada deve ser encarado como tabu e o que lhe preocupa são os grupos que se utilizam da estrutura e que não querem conversar. O Cons. Carlos André disse que talvez essa questão tenha a ver com o perfil que de estudantes que acabam sendo criados e que talvez como educadores é que estejam falhando. Também aproveitou para solicitar às Unidades Acadêmicas que revisem seus ementários das disciplinas que são oferecidas pela FaDir aos demais cursos para que seja inserida a questão dos direitos humanos, pois essa orientação já foi repassada a todos os professores da sua Unidade. O Cons. Mozart convidou os administradores e assistentes das pró-reitorias e Unidades Acadêmicas para que participem de discussão que tratará de alguns procedimentos novos com relação a aquisição de passagens aéreas, as quais finalmente passarão a serem adquiridas diretamente das empresas aéreas. O Cons. Marcos Amarante disse que em breve ocorrerá a nomeação dos integrantes

da Comissão de Levantamento de Bens da FURG e que, devido a reiteradas manifestações anuais da CGU com relação aos bens não localizados, será realizada reunião a respeito deste tema com a presença dos chamados agentes patrimoniais de cada Unidade. Disse também que solicitarão apoio dos diretores e pró-reitores no sentido de organizarem seus bens e indicarem esses agentes patrimoniais a fim de que se possa diminuir o número de itens não localizados. A Senhora Presidenta citou que há alguns casos em que a relação de não localizados ainda é bastante grande e que os diretores serão chamados a contribuir com esse controle, apesar de que nos últimos anos isso vem sendo melhorado. O Cons. Marcos Amarante disse ser fundamental que a Comissão possa ter acesso a todos os locais para fazer a checagem dos bens existentes, citando que em certas situações o sistema já registra bens que não pertencem aquela Unidade em que é localizado. Informou que há a recomendação da CGU para que sejam abertos processos administrativos para que sejam responsabilizados os envolvidos nestes casos de bens não localizados. O Cons. Daniel disse que o ICB tem feito um trabalho interno para que esse controle seja o mais efetivo possível, porém acha que pelo tamanho atual da Universidade talvez seja interessante uma opção com microchipagem de alguns bens a fim de que o controle seja realmente mais efetivo. O Cons. Marcos Amarante explicou que já foi criado um aplicativo que faz a leitura via código de barras a fim de cumprir as exigências dos órgãos de controle e isso trás um controle mais efetivo, porém para surpresa de alguns a listagem de bens não localizados está aumentando. O Cons. Nelson disse que há um estudante da área de informática que está desenvolvendo seu TCC justamente com relação ao controle patrimonial e talvez fosse interessante verificarem esse trabalho. Disse ainda que o C3, por se tratar de uma nova Unidade na FURG, herdou uma relação de bens não localizados já anterior a sua criação. Nada mais havendo a tratar, às 12h00min h a Senhora Presidenta encerrou a reunião. A ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e vai assinada pela Senhora Presidenta e por mim, Jorge Augusto da Silveira Bastos, que secretariei a reunião.

Prof^a. Dr^a. Cleuza Maria Sobral Dias
PRESIDENTA DO COEPEA

Adm. Jorge Augusto da Silveira Bastos
SECRETÁRIO